

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



CAVALHEIRO, António Rodrigues (Lisboa, 1902 – Lisboa (?), 1984)

Historiador, professor, político, olissipógrafo, com fortes ligações ao Estado Novo, António Rodrigues Cavalheiro nasceu e viveu praticamente toda a vida em Lisboa. Licenciado em Ciências Históricas e Geográficas pela Faculdade de Letras de Lisboa, foi professor, primeiro no ensino liceal e, mais tarde, na Escola Naval, onde assegurou a cadeira de História Marítima.

Politicamente, foi discípulo e amigo de António Sardinha, pertencendo à segunda geração do Integralismo Lusitano (IL), tal como Manuel Múrias, César de Oliveira, Pedro Teotónio Pereira ou Marcelo Caetano. Com estes, esteve na génese da revista *Ordem Nova*, em 1926, que marcou o início do seu afastamento do movimento, com o qual se desencantara após a morte de Sardinha. Abandona definitivamente o IL em 1927, ambicionando, ainda que brevemente, levar a cabo um processo de reorganização dos vários segmentos monárquicos integralistas, materializado na ideia efémera de formar uma “Liga de Acção Integralista”. Derivará depois, politicamente, como tantos outros do campo monárquico e tradicionalista, para o Estado Novo (a PIDE considerava-o, segundo registo de 1949, “um dos mais entusiastas e fervorosos nacionalistas de todos os tempos”), sob o qual foi deputado à Assembleia Nacional entre 1942 e 1945 e procurador à Câmara Corporativa de 1961 a 1965 pelos homens de letras. No regime salazarista desempenhou ainda os cargos de chefe da Secção de Bibliotecas e do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (1932) e de diretor dos Serviços Culturais da Mocidade Portuguesa (1944).

Ao longo da carreira publica diversas obras de índole historiográfica, de que poderíamos realçar *Erratas à História de Portugal* (1939, com João Ameal), *Infante D. Henrique* (1948), *D. Carlos I e o Brasil* (1957), *Homens e Ideias* (1960), *Política e História* (1960) e *João Franco e os intelectuais do seu tempo* (1963). Membro da Academia Portuguesa de História e redator do seu *Boletim*, colaborará, ainda, em diversas publicações, com destaque para a *O Debate*, *Boletim da Mocidade Portuguesa*, *Ler*, *Nação Portuguesa*, *Ordem Nova* ou *Sulco*.

Pelos seus trabalhos perpassa a influência formativa de António Sardinha e do Integralismo Lusitano. Com Sardinha, de resto, corresponder-se-á com frequência no início dos anos 20, dando-lhe conta da atualidade lisboeta e com ele trocando várias impressões de índole política e historiográfica. A ligação a Sardinha terá sido bastante impressiva e é patente, por exemplo, na homenagem que Cavalheiro lhe fará em janeiro de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

1958, na Emissora Nacional, por ocasião do aniversário da sua morte, ou na forma como a ele se continuará a referir enquanto “amigo e mestre” (Bilhete de 09.01.1958 a Ana Júlia Sardinha, Espólio A. Sardinha).

A tese de licenciatura de Rodrigues Cavalheiro na Faculdade de Letras (*Gomes Freire, mau português e mau soldado*, 1928) reproduz largas passagens de um artigo que, com o título “À margem dum processo (A questão de Gomes Freire)”, tinha publicado, em 1922, na revista *Nação Portuguesa*, na linha revisionista que o Integralismo procurava então contrapor à historiografia liberal. Nele, Cavalheiro refere explicitamente pretender observar os “heróis liberais” de uma nova perspetiva – no caso, ligando o general a interesses estrangeiros e denunciando o que considerava uma construção de um herói fictício da historiografia liberal (*Nação Portuguesa*, II série, n.º 5, 1922, pp. 222-226).

A sombra de António Sardinha é também perceptível em artigos como “O génio peninsular” (*NP*, II série, n.º 4, 1922) ou “À margem da obra de Gil Vicente” (*NP*, III série, n.º 1, 1925, pp. 87-90), com traços hispanistas que acompanham a inflexão do pensamento do ideólogo do IL nos seus últimos anos de vida – embora haja passos que dará de forma distinta aos daquele, como a adesão, com Rolão Preto e Manuel Múrias, à Comissão 1.º de Dezembro (a partir de 1927, Sociedade Histórica da Independência de Portugal), relativamente à qual Sardinha manteve sempre distância. Em todo o caso, a morte deste, em 1925, coincide com o afastamento político de Cavalheiro relativamente ao movimento, mas não no que diz respeito às linhas de força dos seus trabalhos historiográficos. Efetivamente, já no final dos anos 30, em colaboração com João Ameal, recuperará as notas que Sardinha deixara para a redação da sua *História de Portugal*, num conjunto de textos intitulados *Erratas à História de Portugal*. Na introdução a esta coletânea, afirmará estar a “meter ombros a uma tarefa de flagrante sentido moral, intelectual e nacional, já que, citando o historiador de Monforte, justamente ‘a melhor maneira de servir o seu país é amá-lo e defendê-lo na integridade da sua História’” (*Erratas à História de Portugal*, 1939, sem n.º de pág.). Significativamente, afirma também responder desta forma a uma “desnacionalização” levada a cabo pela historiografia dominante no século XIX e inícios de XX: “[...] durante o século XX [sic] [...] os representantes da facção liberal vitoriosa entregaram-se a uma deformação sistemática da nossa História [...] Todo o património essencial da comunidade portuguesa sofreu o ataque violento dos novos iconoclastas. Fez-se “história” com tudo: panfletos, calúnias, insídias maçónicas, falsidades, utopias subversivas, efeitos demagógicos de baixa retórica [...]. Eis a absurda ‘História de Portugal’ que nos propomos emendar ou substituir.” (IDEM).

Parte dos trabalhos finais de Rodrigues Cavalheiro, já durante a década de 1970, consistirão em comentários, reedições anotadas ou apologias e defesas do pensamento de António Sardinha (será, refira-se, em conjunto com Hipólito Raposo, um dos promotores incansáveis das edições póstumas de vários dos seus trabalhos). Veja-se, por exemplo, a publicação em 1968 de “Um inédito de António Sardinha sobre a Monarquia do Norte”, na revista *Sulco* ou, mais impactante, a polémica que em 1972 mantém com Franco Nogueira e com Pequito Rebelo, seu antigo correligionário do IL, acerca do hispanismo, nas páginas de *O Debate* e que será posteriormente vertida para o livro *António Sardinha e o iberismo: acusação contestada*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1974). Nesta, Cavalheiro sustenta a tese hispanista de Sardenha, de uma equiparação entre Portugal e Espanha enquanto bases em pé de igualdade de uma civilização ibérica de índole transnacional, face às críticas de Franco Nogueira, que recuperava o velho receio de que a aproximação ao vizinho ibérico conduziria “inevitavelmente, inexoravelmente, à submissão, à absorção, à diluição de Portugal na Península espanhola, e só espanhola.” (*António Sardenha e o iberismo...*, p. 76). Cavalheiro, de resto, tinha acompanhado à distância parte da construção das ideias hispanistas por parte de Sardenha, como o atestam uma série de cartas trocadas com o ideólogo do IL entre 1922 e 1923, em que lhe vai dando conta da forma como aquelas iriam “ganhando terreno” (Carta de 25.04.1922, Espólio A. Sardenha, Biblioteca da UCP).

Não quer isto dizer que, ao longo da vida, em especial nas décadas de 1940 e 1950, não tenha publicado estudos com substância historiográfica, como sejam *No centenário de João Franco* (1956), *D. Carlos I e o Brasil* (1957), *A evolução espiritual de Ramalho* (1963) ou *João Franco e os intelectuais do seu tempo* (1963). Em todo o caso, em todos, de forma mais ou menos matizada, é perceptível uma linha de abordagem historiográfica que, ora é apologética, ora pretende rever a narrativa histórica de um determinado ponto de vista – o da historiografia oficial do regime, nacionalista e mitificadora (por exemplo, no opúsculo *Infante D. Henrique*, de 1948) e que, em muitos aspetos, se aproximava da perspetiva que ainda nos anos de 1920 assumira nas páginas da *Nação Portuguesa*. Embora não deixe de, ocasionalmente, divergir desta linha – por exemplo, na referida polémica iberista – os trabalhos de Rodrigues Cavalheiro estarão, quase sempre, em grande medida alinhados com o ideário conservador do Estado Novo, por um lado, mas também com o desígnio de apresentar acontecimentos e personagens do passado como modelos de valores civilizacionais a recuperar (ou a manter) refletindo, no fundo, a sua base formativa.

Bibliografia ativa: Biblioteca João Paulo II, Universidade Católica Portuguesa, Espólio A. Sardenha Cartas a António Sardenha; *Erratas à História de Portugal: De D. João V a D. Miguel* (com João Ameal), 1939; *1640, Richelieu e o duque de Bragança*, 1942; *Infante D. Henrique*, 1948; *No centenário de João Franco*, 1956; *Dom Carlos I e o Brasil*, 1957. *Homens e ideias*, 1960; *Política e história*, 1960; *João Franco e os intelectuais do seu tempo*, 1963. *A evolução espiritual de Ramalho*, 1963; *D. Manuel II e João Franco: correspondência inédita*, 1967; *Um inédito de António Sardenha sobre a Monarquia do Norte*, 1968; *António Sardenha e o iberismo: acusação contestada*, 1974.

Bibliografia passiva: BARREIRA, Cecília, "Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da *Nação Portuguesa*, 1914-26)", *Análise Social*, n.º. 72–74 (1982): 1421–1429; CARVALHO, Paulo Archer de, "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista", *Revista de História das Ideias*, vol. 18 (1996): 231-244; IDEM, "A insurreição dos intelectuais. Da *Nação Portuguesa* (1914-1938) ao *Integralismo Lusitano* (1932-1934)", *Revistas, Ideias e Doutrinas*. Lisboa, Presença, 2003; CORDEIRO, José Manuel, "Da constante rectificação mental: III Série da

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Nação Portuguesa (1924-1926)". *Promontoria*, n.º 9 (2011): 219-234; CRUZ, Manuel Braga da "O integralismo lusitano nas origens do salazarismo". *Análise Social*, n.º 70 (1982): 137-182; IDEM, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980; GOMES, George, *António Sardinha, un penseur transnational de la contre-révolution (1913-1925)*. Tese de doutoramento em História, Université Paris sciences et lettres, 2019; IDEM, "A construção do «hispanismo» na obra política de António Sardinha (1915-1925)", *Ler História*, n.º 68, 2015, pp. 109-127; LEAL, Ernesto Castro, "Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)". *Historia Critica*, n.º 56, (2015): 113-135; MARCHI, Riccardo, *As raízes profundas não gelam? Ideias e percursos das direitas portuguesas*, Lisboa, Texto, 2012; MATOS, Sérgio Campos, "Historiografia, historiadores e memória nacional na I República portuguesa", *Análise Social*, n.º 228 (2018): 572-97; OLIVEIRA, Paulo Dias, "Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista. A segunda série da *Nação Portuguesa (1922-1923)*". *Cultura. Revista de História das Ideias*, vol. 26 (2009): 155-171; TORGAL, L. R., CATROGA, F. e AMADO MENDES, J. M., *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; TORGAL, Luis Reis, "Do tradicionalismo antiliberal ao 'nacionalismo integral' e à 'terceira via' dos 'Estados Novos'", *Historiæ* 1, n.º 1 (2010): 75-88.

João Branco